

MANIFESTO CONTRA MP 995/2020

QUE POSSIBILITA A PRIVATIZAÇÃO DA CAIXA

As entidades da sociedade civil abaixo vêm manifestar total discordância com a Medida Provisória 995/2020, publicada na noite da última sexta-feira (07/08) em edição extra do Diário Oficial da União, com o objetivo de desmembrar e privatizar a Caixa Econômica Federal. Em seus dois artigos, a medida autoriza o governo federal a passar por cima do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal para fatiar a Caixa em subsidiárias que poderão, posteriormente, ser tiradas do Estado e divididas com investidores.

Maior operadora das políticas públicas dirigidas à população brasileira, principalmente a parcela de menor renda, a Caixa é duramente atacada pelo governo federal justamente quando se mostra imprescindível para país e para o Estado. De acordo a MP, em seu artigo 2º, “tem por finalidade executar atividades compreendidas nos objetos sociais das subsidiárias da Caixa Econômica Federal, ou complementares a estes, e devem estar alinhadas ao plano de negócios de que trata a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ou associadas a ações de desinvestimentos de ativos da Caixa Econômica Federal e de suas subsidiárias”. Este artigo fraudava a Constituição Federal, que diz, em seu artigo 37, inciso 20, que “depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada”.

Ao Contrário do que dizem o Governo Federal e o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, a privatização atinge diretamente o coração e a razão de existir do banco público, pois a medida alcança “os objetos sociais” das subsidiárias da Caixa.

Com esta atitude, o Executivo exorbita seu poder e desrespeita a Constituição, quando impede que a Medida passe pelo Congresso antes de produzir seus efeitos. A Medida Provisória precisa de avaliação do Congresso para se concretizar. No entanto, até correr o prazo de 120 dias para que perca a validade, a medida tem efeitos imediatos a partir da sua edição. Ou seja, não precisa de autorização legislativa para começar a valer.

A Medida provisória também tenta burlar uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que decidiu, em junho de 2019, que a empresa-matriz não pode ser privatizada sem o crivo do Congresso. Mas os ministros entenderam que as subsidiárias das estatais não precisam de autorização e podem, inclusive, serem vendidas sem licitação. Como subterfúgio para burlar essa decisão, o governo tenta criar subsidiárias de atividades fundamentais à empresa-matriz, fatiando a estatal, e passa a vendê-las, diminuindo o tamanho da empresa-matriz.

A decisão do Supremo partiu de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.624, ajuizada pela Federação Nacional das Associações da Caixa Econômica Federal (Fenae) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT), em novembro de 2016, questionando a venda de estatais sem a permissão do Poder Legislativo.

Já prevendo a manobra do Governo, a Fenae e Contraf/CUT ingressaram, em dezembro de 2019, com embargos declaratórios para que fosse explicitado que o procedimento é inconstitucional. Estes instrumentos ainda não foram julgados. Portanto o Governo Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, utilizam esta brecha para “passar a boiada” das privatizações, como anunciado na reunião ministerial de abril deste ano, amplamente divulgada pela mídia.

A escolha de adotar uma Medida Provisória deixa clara a intenção do Governo em atuar à revelia dos outros poderes para prevalecer sua agenda privatista. Por de-

finição constitucional, Medida Provisória só pode ser editada quando prevalece a urgência e relevância. No entanto, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, já havia anunciado, ainda em 2019, que uma Medida Provisória com este conteúdo estava em análise pelo Executivo, portanto, não era urgente. Ao optar por este instrumento, o Governo atropelou o poder Legislativo para conferir ao Executivo a autorização de criar subsidiárias com o objetivo imediato de privatização. E de um modo geral e amplo, pois a medida não impõe limites e vale até dezembro de 2021 – 16 meses suficientes para dilapidar todo o patrimônio da Caixa, já que os efeitos da Medida serão irreversíveis, mesmo que não seja aprovada pelo Congresso.

A autorização é extremamente abrangente e permite que haja uma pulverização da atuação da Caixa por meio da criação de subsidiárias de vários níveis, impossibilitando o próprio controle da atuação do banco. O que enfraquece o papel social do banco público. A Medida contém apenas dois artigos, mas são devastadores para o banco que, há 159 anos constrói o seu patrimônio e sua história com olhar voltado à população. É assim desde as cadernetas de poupança para que os escravos conseguissem comprar suas cartas de alforria até o pagamento do auxílio emergencial para quase 65 milhões de brasileiros – ajudando o país a enfrentar a maior crise sanitária, social e economia dos últimos 100 anos.

A medida não vem para tornar a Caixa mais eficiente. Ao contrário, o que ela faz é abrir o caminho para que a Caixa seja “fatiada”, fique menor e perca espaço no mercado. Vender operações lucrativas do banco vai comprometer ação principal da Caixa, que é o seu papel social na área de habitação, crédito imobiliário, saneamento e tantas atividades que fazem da Caixa um banco público operador das principais políticas sociais do País, como o Programa Minha Casa Minha Vida e o Bolsa Família, para citar apenas alguns.

A iniciativa enfraquece banco e o desenvolvimento regional por ele induzido porque pretende privatizar justamente as áreas mais rentáveis da Caixa, que contribuem significativamente para a capilaridade do banco e seu efetivo papel social, seja no benefício aos mais carentes ou no financiamento da infraestrutura.

Até que ponto a Caixa será um banco público que seja capaz de cumprir seu papel social, se ela será desmembrada, fatiada, despida dos meios que dão capacidade financeira ao banco? Ao submeter a ação do banco ao mercado e à lógica do lucro, haverá interesse em financiar estes programas sociais? A atualidade pode responder a estas perguntas. Diante da pandemia foi apenas a Caixa, enquanto banco público, que auxiliou a população durante a, possivelmente, maior crise da história do Brasil.

1. Associação A Voz do Povo a Voz de Deus
2. Associação Comunitária Ji-Paranaense (ASCOJIPA)
3. Associação Cultural Comunitária Viadutense
4. Associação de Radiodifusão Comunitária de Tobias Barreto
5. Associação dos Advogados da Caixa (ADVOCEF)
6. Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD)
7. Associação Brasileira das Rádios Comunitárias (ABRAÇO BRASIL)
8. Associação dos Funcionários Aposentados do BRB (AFABRB)
9. Associação dos Funcionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (AFBNDES)
10. Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB)
11. Associação Movimento Rádio Educativa FM de Cuiabá
12. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Acre (APCEF/AC)
13. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Alagoas (APCEF/AL)
14. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Amapá (APCEF/AP)
15. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Amazonas (APCEF/AM)
16. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Bahia (APCEF/BA)
17. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Ceará (APCEF/CE)
18. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Distrito Federal (APCEF/DF)
19. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Espírito Santo (APCEF/ES)
20. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Goiás (APCEF/GO)
21. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Maranhão (APCEF/MA)
22. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Mato Grosso (APCEF/MT)
23. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Mato Grosso do Sul (APCEF/MS)
24. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Minas Gerais (APCEF/MG)
25. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Pará (APCEF/PA)
26. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Paraíba (APCEF/PB)
27. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Paraná (APCEF/PR)
28. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Pernambuco (APCEF/PE)
29. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Piauí (APCEF/PI)
30. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Rio de Janeiro (APCEF/RJ)
31. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Rio Grande do Norte (APCEF/RN)
32. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Rio Grande do Sul (APCEF/RS)
33. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Rondônia (APCEF/RO)
34. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Roraima (APCEF/RR)

35. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Santa Catarina (APCEF/SC)
36. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – São Paulo (APCEF/SP)
37. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Sergipe (APCEF/SE)
38. Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Tocantins (APCEF/TO)
39. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Acre (AGECEF/AC)
40. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Alagoas (AGECEF/AL)
41. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Amapá (AGECEF/AP)
42. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Amazonas e Roraima (AGECEF/AM)
43. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Bahia (AGECEF/BA)
44. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Belo Horizonte/MG (AGECEF/BH)
45. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Campina/SP (AGECEF/CP)
46. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Ceará (AGECEF/CE)
47. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Goiás (AGECEF/GO)
48. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Interior da Bahia (AGECEF/IBA)
49. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Maranhão (AGECEF/MA)
50. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Mato Grosso do Sul (AGECEF/MS)
51. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Mato Grosso (AGECEF/MT)
52. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Pará (AGECEF/PA)
53. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Paraíba (AGECEF/PB)
54. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Paraná (AGECEF/PR)
55. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Pernambuco (AGECEF/PE)
56. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Piauí (AGECEF/PI)
57. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Rio de Janeiro (AGECEF/RJ)
58. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Rio Grande do Norte (AGECEF/RN)
59. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Rio Grande do Sul (AGECEF/RS)
60. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Rondônia (AGECEF/RO)
61. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Santa Catarina (AGECEF/SC)
62. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – São Paulo (AGECEF/SP)
63. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – São Paulo/Interior
64. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Sergipe (AGECEF/SE)
65. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Sul, Sudeste e Leste de Minas Gerais (AGECEF/SSLMG)
66. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal – Triângulo Mineiro/MG (AGECEF/TM)
67. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal Distrito Federal (AGECEF/DF)
68. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal do Espírito Santo (AGECEF/ES)
69. Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal do Tocantins (AGECEF/TO)
70. Associação dos Trabalhadores do Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE/DF)
71. Associação Nacional dos Auditores Internos da Caixa Econômica Federal (AUDICAIXA)
72. Associação Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal no Trabalho Social (SOCIALCAIXA)
73. Associação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos da Caixa Econômica Federal (ANEAC)
74. Central de Movimentos Populares (CMP)
75. Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB)
76. Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)
77. Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)
78. Central Única dos Trabalhadores (CUT)
79. Centro de Direitos Econômicos e Sociais/Direitos Humanos (CDES)

80. Centro de Estudo de Mídia Alternativa – Barão de Itararé
81. Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC)
82. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAC)
83. Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (CONDSEF)
84. Confederação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS–CUT)
85. Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF)
86. Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (CONFETAM)
87. Confederação dos Trabalhadores Técnicos Universitários (CONFETU)
88. Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM)
89. Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
90. Confederação Nacional do Ramo Químico (CNQ)
91. Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM–CUT)
92. Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção (CONTICOM–CUT)
93. Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social (CNTSS–CUT)
94. Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo do Vestuário (CNTRV–CUT)
95. Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (CONTRAF–CUT)
96. Confederação Nacional dos Trabalhadores do Transporte e Logística (CNTTL–CUT)
97. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE–CUT)
98. Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação e Agroindústria (CONTAC–CUT)
99. Confederação Nacional dos Trabalhadores Urbanitários (CNU)
100. Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes e Prestadores de Serviço (CNTV–PS/CUT)
101. Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB)
102. Conselho de Representantes dos Empregados do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – (COREP)
103. CSP – Conlutas Nacional
104. Deputada Estadual – Bahia/BA – Olivia Santana (PCdoB)
105. Deputada Federal – Brasília/DF – Erika KoKay (PT)
106. Deputada Federal – Rio de Janeiro/RJ – Benedita da Silva (PT)
107. Deputado Federal – Bahia/BA – Afonso Florence (PT)
108. Deputado Federal – Bahia/BA – Daniel Almeida (PCdoB)
109. Deputado Federal – Maranhão/MA – Zé Carlos (PT) – Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Bancos Públicos
110. Deputado Federal – Bahia /BA– Jorge Solla (PT)
111. Deputado Federal – Bahia/BA – Joseildo Ramos (PT)
112. Deputado Federal – Minas Gerais/MG – Patrus Ananias (PT)
113. Deputada Federal – Minas Gerais/MG–Margarida Salomão (PT)
114. Deputado Federal – Paraíba/PB – Frei Anastácio Ribeiro (PT)
115. Deputado Federal – Rio de Janeiro/RJ – Glauber Braga (PSOL)
116. Deputado Federal – São Paulo/SP – Carlos Zarattini (PT)
117. Deputado Federal – São Paulo/SP – Nilton Tatto (SP)
118. Deputado Federal – São Paulo/SP – Paulo Teixeira (PT)
119. Deputado Federal– Rio de Janeiro/RJ – Alexandre Molon (PSB)
120. Deputada Federal – Acre/AC – Maria Perpétua de Almeida (PCdoB)
121. Deputado Federal – Paraná/PR – Enio Verri (PT)
122. Deputado Federal – Sergipe/SE – João Daniel (PT)
123. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)

124. Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Bahia e Sergipe (FEEB/BASE)
125. Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo e Mato Grosso do Sul (FEEB/SP-MS)
126. Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da CUT (FEM-CUT)
127. Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – Rio de Janeiro e Espírito Santo (FETRAFI RJ/ES)
128. Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro de Minas Gerais (FETRAFI/MG)
129. Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Nordeste (FETRAFI NORDESTE)
130. Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito – Paraná (FETEC/PR)
131. Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito – São Paulo (FETEC/SP)
132. Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (FETEC/CENTRO NORTE)
133. Federação dos Trabalhadores em Instituições Financeiras – Santa Catarina (FETRAFI/SC)
134. Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços do DF (FETRACOM/DF)
135. Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (FISENGE)
136. Federação Nacional da Assistência Técnica e Extensão Rural (FASER)
137. Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (FENAE)
138. Federação Nacional das Associações dos Gestores da Caixa Econômica Federal (FENAG)
139. Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA)
140. Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)
141. Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Aposentados e Aposentadas (FENAPI)
142. Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados (FENADADOS)
143. Federação Única dos Petroleiros (FUP)
144. Federação Nacional dos Urbanitários (FNU)
145. Força Sindical (FS)
146. Fórum da Amazonia Ocidental – Faoc
147. Governador – Piauí – Wellington Dias (PT)
148. Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR)
149. Habitat para Humanidade Brasil
150. Intersindical Central da Classe Trabalhadora
151. Intersindical Instrumento de Luta
152. Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)
153. Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLN)
154. Movimento Negro Unificado (MNU)
155. Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST)
156. Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)
157. Observatório das Metrópoles
158. Observatório Nacional do Direito à Água e ao Saneamento (ONDAS)
159. Prefeita – Lauro de Freitas/BA – Moema Gramacho (PT)
160. Pública Central do Servidor
161. Senador – Bahia – Jaques Vagner (PT)
162. Sindicato dos Arquitetos – DF (ARQUITETOSDF)
163. Sindicato dos Arquitetos – Minas Gerais (SINARQ/MG)
164. Sindicato dos Arquitetos e Urbanista – Santa Catarina (SASC)
165. Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas – Amazonas (SINDARQ)
166. Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas – Bahia (SINARQ/BA)
167. Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas – Rio de Janeiro (SARJ)
168. Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas – Rio Grande do Sul (SAERGS)

169. Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas de Minas Gerais (SINARQ/MG)
170. Sindicato dos Bancários – ABC/SP
171. Sindicato dos Bancários – Acre/AC
172. Sindicato dos Bancários – Alagoas
173. Sindicato dos Bancários – Andradina
174. Sindicato dos Bancários – Angra/RJ
175. Sindicato dos Bancários – Apucarana/PR
176. Sindicato dos Bancários – Araçatuba
177. Sindicato dos Bancários – Arapoti
178. Sindicato dos Bancários – Araraquara
179. Sindicato dos Bancários – Assis
180. Sindicato dos Bancários – Bahia
181. Sindicato dos Bancários – Baixada Fluminense/RJ
182. Sindicato dos Bancários – Barra do Garça
183. Sindicato dos Bancários – Barretos/SP
184. Sindicato dos Bancários – Belo Horizonte/MG
185. Sindicato dos Bancários – Brasília/DF
186. Sindicato dos Bancários – Camaçari/BA
187. Sindicato dos Bancários – Campinas/SP
188. Sindicato dos Bancários – Campo Grande/MS
189. Sindicato dos Bancários – Campo Mourão
190. Sindicato dos Bancários – Campos dos Goytacazes
191. Sindicato dos Bancários – Cataguases
192. Sindicato dos Bancários – Catanduva
193. Sindicato dos Bancários – Chapecó/PR
194. Sindicato dos Bancários – Cornélio Procópio
195. Sindicato dos Bancários – Curitiba/PR
196. Sindicato dos Bancários – Divinópolis/MG
197. Sindicato dos Bancários – Dourados/MS
198. Sindicato dos Bancários – Espírito Santo
199. Sindicato dos Bancários – Extremo Sul da Bahia/BA
200. Sindicato dos Bancários – Feira de Santana/BA
201. Sindicato dos Bancários – Franca/SP
202. Sindicato dos Bancários – Guarapuava
203. Sindicato dos Bancários – Guaratinguetá
204. Sindicato dos Bancários – Guarulhos/SP
205. Sindicato dos Bancários – Ilhéus/BA
206. Sindicato dos Bancários – Ipatinga/MG
207. Sindicato dos Bancários – Irecê/BA
208. Sindicato dos Bancários – Itabuna/BA
209. Sindicato dos Bancários – Itaperuna
210. Sindicato dos Bancários – Jacobina/BA
211. Sindicato dos Bancários – Jequié/BA
212. Sindicato dos Bancários – Juazeiro/BA
213. Sindicato dos Bancários – Juiz de Fora/MG

214. Sindicato dos Bancários – Jundiaí/SP
215. Sindicato dos Bancários – Limeira/SP
216. Sindicato dos Bancários – Londrina/PR
217. Sindicato dos Bancários – Macaé/RJ
218. Sindicato dos Bancários – Marília/SP
219. Sindicato dos Bancários – Mato Grosso
220. Sindicato dos Bancários – Mogi das Cruzes/SP
221. Sindicato dos Bancários – Naviraí
222. Sindicato dos Bancários – Niterói e Região (BANCARIOSNIT)
223. Sindicato dos Bancários – Nova Friburgo/RJ
224. Sindicato dos Bancários – Oeste da Bahia/BA
225. Sindicato dos Bancários – Pará
226. Sindicato dos Bancários – Paranavaí
227. Sindicato dos Bancários – Patos de Minas/MG
228. Sindicato dos Bancários – Pernambuco
229. Sindicato dos Bancários – Petrópolis/RJ
230. Sindicato dos Bancários – Piauí (SEEBF/PI)
231. Sindicato dos Bancários – Piracicaba/SP
232. Sindicato dos Bancários – Ponta Porã
233. Sindicato dos Bancários – Presidente Venceslau/SP
234. Sindicato dos Bancários – Porto Alegre/RS
235. Sindicato dos Bancários – Ribeirão Preto
236. Sindicato dos Bancários – Rio de Janeiro
237. Sindicato dos Bancários – Rondônia
238. Sindicato dos Bancários – Rondonópolis
239. Sindicato dos Bancários – Roraima
240. Sindicato dos Bancários – Santa Cruz do Sul/RS
241. Sindicato dos Bancários – Santos/SP
242. Sindicato dos Bancários – São Carlos/SP
243. Sindicato dos Bancários – São José do Rio Preto/SP
244. Sindicato dos Bancários – São José dos Campos/SP
245. Sindicato dos Bancários – São Paulo, Osasco e Região
246. Sindicato dos Bancários – Sergipe/SE
247. Sindicato dos Bancários – Sorocaba/SP
248. Sindicato dos Bancários – Sul Fluminense/RJ
249. Sindicato dos Bancários – Teófilo Otoni/MG
250. Sindicato dos Bancários – Teresópolis/RJ
251. Sindicato dos Bancários – Toledo/PR
252. Sindicato dos Bancários – Três Lagoas
253. Sindicato dos Bancários – Três Rios
254. Sindicato dos Bancários – Tupã
255. Sindicato dos Bancários – Uberaba/MG
256. Sindicato dos Bancários – Votuporanga/SP
257. Sindicato dos Bancários – Umuarama, Assis Chateaubriand e Região (PACTU)
258. Sindicato dos Engenheiros – Bahia (SENGE/BA)

259. Sindicato dos Engenheiros – Espírito Santo (SENGE/ES)
260. Sindicato dos Engenheiros – Minas Gerais (SENGE/MG)
261. Sindicato dos Engenheiros – Paraíba (SENGE/PB)
262. Sindicato dos Engenheiros – Paraná (SENGE/PR)
263. Sindicato dos Engenheiros – Pernambuco (SENGE/PE)
264. Sindicato dos Engenheiros – Rio de Janeiro (SENGE/RJ)
265. Sindicato dos Engenheiros – Rondônia (SENGE/RO)
266. Sindicato dos Engenheiros – Volta Redonda (SENGE/VR)
267. Sindicato dos Engenheiros Agrônomos – Rio Grande do Norte (SEA/RN)
268. Sindicato dos Engenheiros Agrônomos – Santa Catarina (SEAGRO/SC)
269. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC/SP)
270. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal em Pernambuco (SINTRAJUF/PE)
271. Sindicato dos Trabalhadores Técnicos Administrativos das Instituições de Ensino Público do Brasil (FASUBRA)
272. Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – Amapá/AP
273. Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – Campina Grande/PB
274. Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – Cariri/CE
275. Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – Ceará/CE
276. Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – Florianópolis/SC
277. Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – Paraíba/PB
278. Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários, Instituições Financeiras e de Crédito – Vitória da Conquista e Região (SEEB/Vitória da Conquista/BA)
279. Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT)
280. Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF)
281. SOS Brasil Soberano
282. União Geral dos Trabalhadores (UGT)
283. União Nacional por Moradia Popular (UNMP)
284. Vereador – Lauro de Freitas/BA – Roque Fagundes Neto (PT)
285. Vereador – Rio de Janeiro/RJ Reimont Luiz (PT)
286. Vereador – Salvador/BA – Marcos Mendes (PSOL)